



RESULTADOS EM BR GAAP

INFORME DE RESULTADOS BR GAAP 3T13



ÍNDICE

ANÁLISE GERENCIAL DOS RESULTADOS - BR GAAP

RESUMO DOS DADOS DO PERÍODO	03
AMBIENTE MACROECONÔMICO	04
ESTRATÉGIA	05
EVENTOS RECENTES E SUBSEQUENTES	06
SUMÁRIO EXECUTIVO	08
RESULTADOS DO SANTANDER BRASIL	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL	09
BALANÇO PATRIMONIAL	13
CARTÕES	21
NOSSAS AÇÕES	22
RATINGS	23
GESTÃO DE RISCOS	24
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E GOVERNANÇA CORPORATIVA	26
INFORMAÇÕES ADICIONAIS - BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS GERENCIAIS	27
RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO CONTÁBIL E DO RESULTADO GERENCIAL	30
DELIBERAÇÃO CVM 695	32



RESUMO DE DADOS DO PERÍODO

A tabela abaixo reflete os resultados gerenciais. A reconciliação com o resultado contábil poderá ser observada na página 30. A partir deste trimestre, as comissões com cartão de crédito e serviços de aquisição estão reportadas líquidas dos valores repassados a título de intercâmbio, para refletir de forma mais adequada a natureza das operações e convergir aos padrões contábeis internacionais (IFRS). Esta reclassificação tem impacto nas linhas: receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias (subgrupo: cartões) e Outras Receitas e Despesas Operacionais (subgrupo: despesa com comercialização de cartões). Para maior comparabilidade esta reclassificação também está refletida nos períodos anteriores. Cabe notar que esta alteração não impacta o lucro líquido (maiores detalhes consultar as páginas 10 e 12).

ANÁLISE GERENCIAL ¹ - BR GAAP	9M13	9M12	Var. 9M13x9M12	3T13	2T13	Var. 3T13x2T13
RESULTADOS (R\$ milhões)						
Margem Financeira Bruta	22.616	24.567	-7,9%	7.521	7.438	1,1%
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	7.828	7.159	9,3%	2.614	2.628	-0,5%
Resultado da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.272)	(10.126)	-8,4%	(2.698)	(3.202)	-15,7%
Despesas Gerais ²	(11.984)	(11.710)	2,3%	(4.101)	(3.992)	2,7%
Lucro Líquido Gerencial³	4.335	4.756	-8,9%	1.407	1.410	-0,2%
Lucro Líquido Societário	1.607	2.028	-20,8%	497	501	-0,7%
BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ milhões)						
Ativo total	465.408	444.404	4,7%	465.408	468.050	-0,6%
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	71.610	63.563	12,7%	71.610	77.534	-7,6%
Carteira de crédito	222.071	207.334	7,1%	222.071	218.053	1,8%
Pessoa física	73.773	69.388	6,3%	73.773	72.258	2,1%
Financiamento ao consumo	36.747	36.340	1,1%	36.747	37.021	-0,7%
Pequenas e médias empresas	34.398	34.824	-1,2%	34.398	35.582	-3,3%
Grandes empresas	77.153	66.782	15,5%	77.153	73.192	5,4%
Carteira de crédito ampliada ⁴	272.790	245.411	11,2%	272.790	266.708	2,3%
Captação de clientes ⁵	209.616	192.511	8,9%	209.616	204.887	2,3%
Patrimônio líquido final ⁶	53.457	49.526	7,9%	53.457	52.776	1,3%
INDICADORES DE DESEMPENHO (%)						
Retorno sobre o patrimônio líquido médio excluindo ágio ⁶ - anualizado	11,1%	13,0%	-1,9 p.p.	10,6%	10,9%	-0,3 p.p.
Retorno sobre o ativo total médio excluindo ágio ⁶ - anualizado	1,3%	1,5%	-0,2 p.p.	1,2%	1,3%	0,0 p.p.
Índice de Eficiência ⁷	46,4%	43,5%	2,9 p.p.	48,9%	46,0%	2,9 p.p.
Índice de Recorrência ⁸	65,3%	61,1%	4,2 p.p.	63,7%	65,8%	-2,1 p.p.
Índice de Basiléia ⁹	20,7%	22,1%	-1,4 p.p.	20,7%	21,5%	-0,8 p.p.
INDICADORES DE QUALIDADE DA CARTEIRA (%)						
Índice de Inadimplência (acima de 90 dias)	4,5%	5,1%	-0,7 p.p.	4,5%	5,2%	-0,7 p.p.
Índice de Inadimplência (acima de 60 dias)	5,4%	6,3%	-0,9 p.p.	5,4%	6,2%	-0,8 p.p.
Índice de Cobertura (acima de 90 dias)	150,9%	136,4%	14,4 p.p.	150,9%	132,1%	18,8 p.p.
OUTROS DADOS						
Fundos ¹⁰ (R\$ milhões)	144.244	134.064	7,6%	144.244	144.413	-0,1%
Nº de Cartões de Crédito e Débito (mil)	51.554	47.288	9,0%	51.554	50.207	2,7%
Agências	2.372	2.384	(12)	2.372	2.393	(21)
PABs	1.289	1.398	(109)	1.289	1.322	(33)
Caixas eletrônicos	17.518	17.839	(321)	17.518	17.528	(10)
Total de Clientes (mil)	28.954	26.854	2.100	28.954	28.418	536
Total de Contas Correntes ¹¹ (mil)	21.954	20.463	1.491	21.954	21.364	590
Funcionários	50.578	55.120	(4.542)	50.578	51.702	(1.124)

1. Exclui 100% da despesa de amortização do ágio, o efeito do hedge fiscal e outros ajustes, conforme descrito na página 30. Adicionalmente, os números de 2012 foram retroativamente impactados pela Deliberação CVM 695, emitida em 13 de dezembro de 2012, que trata de benefícios a empregados, principalmente fundos de pensão. O detalhamento desses impactos está descrito na página 32 deste documento.

2. Despesa administrativa exclui 100% da despesa de amortização do ágio. Despesa de pessoal inclui PLR.

3. Lucro Líquido Gerencial corresponde ao lucro líquido societário mais 100% da reversão da despesa de amortização do ágio, ocorrida no período. A despesa de amortização do ágio no 3T13 foi R\$ 909 milhões, 3T12 R\$ 909 milhões e 2T13 R\$ 909 milhões.

4. Inclui outras operações com risco de crédito (debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados a atividades de aquisição e avais e fianças).

5. Inclui Poupança, Depósitos à vista, Depósitos a prazo, Debêntures, LCA, LCI e Letras Financeiras.

6. Exclui 100% do saldo do ágio (líquido de amortização), que no 3T13 foi R\$ 10.283 milhões, 3T12 R\$ 13.847 milhões e 2T13 foi R\$ 11.187 milhões.

7. Eficiência: Despesas Gerais / (Margem Financeira Bruta + Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias + Despesas Tributárias + Outras Receitas/Despesas Operacionais).

8. Recorrência: (Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias) / Despesas gerais.

9. Índice segundo critério do Banco Central. Excluindo 100% do saldo de ágio, o índice seria: 18,2% para Set/13, 18,6% para Set/12 e 18,7% para Jun/13.

10. De acordo com o critério da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

11. Quantidade de contas de depósito à vista, de acordo com o BACEN.



AMBIENTE MACROECONÔMICO

A atividade econômica segue em ritmo moderado, mas com melhor desempenho do que o registrado ao longo de 2012. O desempenho do PIB no segundo trimestre (último dado disponível), divulgado no mês de agosto, surpreendeu com alta de 3,3% na comparação com o mesmo trimestre em 2012, acima do crescimento de 1,9% observado no trimestre anterior. Os investimentos mostraram alta de 9,0%, impulsionados principalmente por crescimento de estoques e favorecidos pela base de comparação depreciada em 2012. O consumo das famílias apresentou expansão de 2,3%, no mesmo período. Pelo lado da oferta, o destaque positivo ficou para a agropecuária, cuja produção apresentou forte alta de 13,0% na mesma comparação interanual. A indústria mostrou melhor desempenho no trimestre, com alta de 2,8% frente ao mesmo período em 2012.

O IPCA alcançou 5,9% no acumulado em 12 meses terminados em setembro, mostrando desaceleração em comparação a junho/13 (6,7%), porém em patamar acima dos 5,8% observados ao final de 2012. Os preços de serviços continuam a exercer pressão inflacionária, reflexo da elevação do custo da mão de obra. Por outro lado, os preços regulados seguem atenuando esse movimento. Neste contexto, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) deu continuidade ao ciclo de aumento da taxa básica de juros (Selic), iniciado em Abril de 2013, e na reunião de 9 de outubro elevou a Selic para 9,50% a.a. Esse movimento continua sendo refletido nas taxas cobradas pelos bancos. Em agosto, a taxa média cobrada no crédito à pessoa física com recursos livres foi de 36,5% a.a. frente aos 34,9% a.a. em agosto de 2012. O estoque de crédito avançou 16,1% nos doze meses encerrados em agosto, chegando ao patamar de R\$2,6 trilhões (55,5% do PIB). O

crédito imobiliário, que cresce ao ritmo de 35,1% em doze meses, continua impulsionando o crédito e superando a expansão das demais modalidades.

O ambiente global ainda frágil tem pesado sobre as exportações brasileiras, que mostraram queda de 4,5% do valor acumulado nos 12 meses terminados em agosto em comparação com o mesmo período do ano anterior. O crescimento das importações acelerou para 4,0% no mesmo período. Como resultado, o superávit comercial acumulou US\$2,5 bilhões em doze meses até agosto, muito abaixo dos US\$ 23,0 bilhões registrados no mesmo período do ano anterior. O déficit em transações correntes totalizou US\$80,6 bilhões, no acumulado de 12 meses até agosto de 2013, enquanto o total de investimentos estrangeiros diretos (IED) foi de US\$61,1 bilhões, no mesmo período. A taxa de câmbio encerrou o mês de setembro ao redor de R\$2,2/US\$, depois de passar por forte volatilidade em função de sinalizações da política monetária nos EUA. A atuação do Banco Central, com o anúncio do programa de leilões de câmbio, foi fundamental para a taxa de câmbio voltar ao mesmo patamar observado no mês de junho de 2013. Nas contas públicas, o fraco ritmo de atividade e as isenções tributárias têm levado a um menor nível de arrecadação em termos reais. Como consequência, o superávit primário totalizou 1,8% do PIB nos 12 meses encerrados em agosto. No mesmo período, a necessidade de financiamento do setor público atingiu 3,1% do PIB, piorando ligeiramente em relação aos 2,83% observados em junho de 2013. A dívida líquida do setor público alcançou 33,8% do PIB ao final de agosto, reduzindo 0,7 p.p. em relação a junho de 2013. A dívida bruta alcançou, no mesmo período, 59,1% do PIB.

ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS

	3T13	3T12	2T13
Risco país (EMBI)	244	172	203
Câmbio (R\$/ US\$ final)	2,230	2,031	2,216
IPCA (em 12 meses)	5,86%	5,28%	6,70%
Taxa Selic - Meta (a.a.)	9,00%	7,50%	8,00%
CDI ¹	2,12%	1,92%	1,79%
Ibovespa (em pontos/fechamento)	52.338	59.176	47.457

1. Taxa efetiva no trimestre.



ESTRATÉGIA

O Banco Santander, em sua missão, busca ter a preferência dos clientes sendo um o banco simples e seguro, eficiente e rentável, que visa constantemente melhorar a qualidade de tudo o que faz, com uma equipe que gosta de trabalhar junto para conquistar o reconhecimento e a confiança de todos. Desta forma, a estratégia do Santander está baseada nos seguintes objetivos:

- Ser o melhor banco em qualidade de serviço, apoiado na eficiência operacional da plataforma tecnológica;
- Melhorar o atendimento aos clientes, através da qualidade dos serviços prestados e da infraestrutura;
- Ser o primeiro banco dos clientes, intensificando o relacionamento e proporcionando a melhor oferta de valor para cada segmento de cliente;
- Expandir os principais negócios para o Banco, como PMEs, segmento Pessoa Física, cartões emissor, negócio adquirente, crédito imobiliário, financiamento de veículos e seguros;
- Continuar construindo e fortalecendo a marca Santander no Brasil, passando a figurar no TOP 3 de marcas financeiras;
- Manter uma gestão sustentável e eficiente de riscos e gastos;

Assim, para melhor atender às necessidades dos clientes do Banco, o Santander lançou este ano a Conta Santander Combinada, uma proposta que reúne conta-corrente, cartão de crédito, pacote de serviços, cheque especial e outras vantagens diferenciadas. Desenvolvida sob quatro ofertas:

- Conta Combinada Free;
- Conta Combinada Flex;
- Conta Combinada Light; e
- Conta Combinada Universitária FIT ;

Esta proposta tem como objetivo, por um lado, oferecer opções de produtos e serviços para atender às necessidades em diferentes momentos na vida dos nossos clientes e, por outro, aumentar a vinculação.

Ademais, o Banco Santander conta com um novo segmento, o “Santander Select”, que é uma nova categoria de serviços financeiros, criado para oferecer um atendimento exclusivo e especializado aos clientes de alta renda.

Além dessas estratégias, o Santander Brasil anunciou um novo acordo para aquisição das operações da GetNet e a parceria com a iZettle, que são passos importantes do Banco para ampliar sua participação local no segmento de adquirência. Ainda, o Santander segue incrementando sua atividade comercial, por meio das parcerias como Vivo, Sodexo e Embratex no segmento de cartões e no segmento de financiamento de veículos, com os acordos da Hyundai, Renault e Nissan.

No âmbito da sustentabilidade, a atuação do Santander segue pautada nos três pilares fundamentais:

- Inclusão Social e Financeira;
- Educação e Gestão; e
- Negócios Socioambientais;

Em 2013, o Santander Brasil foi eleito o banco mais sustentável das Américas pelo jornal britânico Financial Times em parceria com o IFC (International Finance Corporation).

Outro aspecto importante da estratégia do Santander Brasil é a manutenção de níveis confortáveis de liquidez e cobertura e independência de funding e capital. Ao final de setembro, o Santander anunciou ao mercado um plano de otimização de sua estrutura de capital, visando torná-la mais eficiente. Após a conclusão deste plano, o Santander Brasil deverá manter a posição de banco de varejo mais capitalizado do Brasil, muito acima dos seus concorrentes diretos, e atendendo não só às exigências legais atuais, como também às que estão previstas por Basileia III.



EVENTOS RECENTES

DIREITO DE PREFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE AÇÕES REPRESENTATIVAS DE 100% DO CAPITAL SOCIAL DA ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA

No dia 4 de julho de 2013, foi publicado Aviso aos Acionistas para informar sobre o início do prazo para exercício do direito de preferência para aquisição de ações representativas de 100% do capital social da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência, o qual se encerrou em 29 de agosto de 2013, nos termos do Comunicado ao Mercado divulgado no dia 3 de setembro de 2013. Como resultado desse processo, a Zurich Santander Holding passou a deter uma participação majoritária de 99,79% no capital social da Zurich Santander Seguros.

PROGRAMA DE RECOMPRA

No dia 29 de julho de 2013 foi publicado Fato Relevante para informar que, em Reunião do Conselho de Administração realizada na mesma data, foi aprovado o novo programa de recompra de certificados de depósito de ações (“Units”) ou de American Depositary Receipts (“ADRs”), de emissão da Companhia (“Programa de Recompra”), para manutenção em tesouraria ou posterior alienação, observado o que dispõe a Instrução CVM 10/80 e a Instrução CVM 390/2003, tendo em vista que o Programa de Recompra atual expirou em 24 de agosto de 2013. O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 76.008.403 Units, representativas de 4.180.462.165 e 3.800.420.150 ações preferenciais, ou de ADRs (American Depositary Receipts) pela Companhia ou por sua agência em Cayman; pela Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. e/ou pela Sancap Investimentos e Participações S.A., sociedades integrantes do Conglomerado Santander no Brasil, correspondendo, em 30 de junho de 2013, a aproximadamente 2% da totalidade do capital social da Companhia. O prazo do Programa de Recompra é de até 365 dias contados a partir de 24 de agosto de 2013, encerrando-se em 24 de agosto de 2014.

ALTERAÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

No dia 28 de agosto de 2013 foi publicado Comunicado ao Mercado para informar que, em Reunião do Conselho de Administração realizada na mesma data, o Sr. Marcial Angel Portela Alvarez apresentou sua renúncia à presidência do Conselho de Administração da Companhia. Conforme previsto no estatuto social, Sr. Celso Giacometti, atual vice-presidente do Conselho de Administração, assumiu a presidência do Conselho de Administração. A eleição para o cargo de Presidente do Conselho de Administração ocorrerá na Assembleia Geral Extraordinária (AGE), que irá se realizar em 01 de novembro de 2013.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

No dia 26 de setembro de 2013 os acionistas e o mercado foram informados sobre a aprovação, pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração da Companhia, da proposta de distribuição de Dividendos Intermediários da Companhia, no montante de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), a serem pagos aos acionistas a partir de 26 de fevereiro de 2014.

PLANO DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE CAPITAL

No dia 26 de setembro de 2013, foi divulgado Fato Relevante a fim de comunicar que com o intuito de otimizar a atual estrutura de capital do Banco Santander, bem como considerando as novas regras prudenciais de capital aplicáveis às instituições financeiras (também conhecidas como “Basileia III”), o Conselho de Administração da Companhia deliberou submeter à aprovação dos acionistas uma proposta de otimização da composição do patrimônio de referência do Banco Santander (“Plano de Otimização do PR”), mantendo o volume atual e diversificando o patrimônio de referência em termos de moeda e composição. O objetivo é estabelecer uma estrutura de capital mais eficiente, adequada às novas normas prudenciais de capital aplicáveis para instituições financeiras, alinhada ao plano de negócios e crescimento dos ativos. Para tanto, foram aprovados: (i) a restituição de recursos aos acionistas do Santander Brasil no valor total de



R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), sem redução do número de ações, que será submetido à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no próximo dia 01 de novembro de 2013; (ii) a emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência do Banco Santander, em proporção a ser definida, no exterior, o que será submetido à aprovação do Conselho de Administração, e somente serão emitidos caso a Restituição de Recursos aos acionistas seja efetivada e, por último, (iii) um plano de bonificação de ações e ajuste na composição das Units, seguidos de grupamento de ações, com o objetivo de eliminar a cotação em centavos das ações de emissão do Santander Brasil negociadas em bolsa. Estima-se que a proposta de bonificação de ações, ajuste na composição das Units e grupamento de ações deverá ser levada à apreciação da Assembleia Geral no primeiro trimestre de 2014, após a implementação da Proposta de Restituição de Recursos e emissão de instrumentos de capital para compor o nível I e nível II do patrimônio de referência do Santander Brasil indicadas acima.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – AGE

Em 30 de setembro de 2013, foi publicado Edital de Convocação para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 1º de novembro de 2013, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Proposta de redução do capital social da Companhia em R\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de reais), passando de R\$ 62.828.201.614,21 (sessenta e dois bilhões, oitocentos e vinte e oito milhões, duzentos e um mil, seiscentos e quatorze reais e vinte e um centavos) para R\$ 56.828.201.614,21 (cinquenta e seis bilhões, oitocentos e vinte e oito milhões, duzentos e um mil, seiscentos e quatorze reais e vinte e um centavos), sem redução do número de ações, mantendo-se, ademais, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia, com a consequente alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social; (ii) Proposta de alteração do inciso XIII do artigo 17 do estatuto social da Companhia, de forma a atribuir ao Conselho de Administração competência para deliberar sobre a emissão,

dentro do limite do capital autorizado, de títulos de crédito e demais instrumentos conversíveis em ações, nos termos da Lei nº 12.838, de 9 de julho de 2013 e da Resolução CMN nº 4.192, de 1º de março de 2013; e (iii) Aprovar (a) a condução do Sr. Celso Clemente Giacometti ao cargo de Presidente do Conselho de Administração; (b) a condução do Sr. Jesús Maria Zabalza Lotina ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração e (c) confirmar a composição do Conselho de Administração da Companhia.

EVENTOS SUBSEQUENTES

PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENQUADRAMENTO DO PERCENTUAL MÍNIMO DE *FREE FLOAT*

Nos dias 10 e 11 de outubro de 2013 foram publicados Comunicados ao Mercado para informar que no dia 08 de outubro de 2013 a BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros deferiu os pleitos do Santander Brasil e de seus acionistas controladores para (i) para prorrogação de prazo para enquadramento do percentual mínimo de ações em circulação (“free float”), até o dia 07 de outubro de 2014; e (ii) redução do free float atual, de 24,6%, durante o prazo adicional acima referido, para até 22,5%, exclusivamente no âmbito: (a) do Programa de Recompra de certificados de depósito de ações (“Units”) ou American Depositary Receipts (“ADRs”); e (b) de aquisições no exterior, pelo Banco Santander, S.A., ou empresa afiliada do grupo econômico, de ADRs de emissão da Companhia. A referida autorização não implica em prejuízo da obrigação assumida pelo Santander Brasil de atingir um free float de 25% até 07 de outubro de 2014, nos termos do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.



SUMÁRIO EXECUTIVO

O lucro líquido gerencial¹ do Santander totalizou R\$ 4.335 milhões no acumulado até setembro de 2013, com redução de 8,9% em doze meses e 0,2% no trimestre. O patrimônio líquido totalizou R\$ 53.457 milhões em setembro de 2013, excluindo R\$ 10.283 milhões referentes ao saldo de ágio. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) ajustado pelo ágio atingiu 11,1% no acumulado até setembro de 2013, redução de 1,9 p.p. em doze meses. No trimestre, o ROAE alcançou 10,6%.

As despesas gerais somaram R\$ 11.984 milhões no acumulado até setembro de 2013, alta de 2,3% em doze meses (ou R\$ 274 milhões), o que representa uma evolução inferior à inflação do período. No trimestre os gastos cresceram 2,7%, em parte, explicado pelo impacto do acordo coletivo. O índice de eficiência atingiu 46,4% no acumulado até setembro de 2013 e 48,9% no trimestre.

- **Indicadores de Solidez:** o índice de Basileia alcançou 20,7%, em setembro de 2013, com redução de 1,4 p.p. em doze meses e 0,8 p.p. no trimestre. O índice de cobertura (acima de 90 dias) atingiu 150,9% em setembro de 2013, com aumento de 18,8 p.p. no trimestre, em razão tanto da melhora observada na qualidade da carteira, quanto de um maior volume de renegociações.

A carteira de crédito total somou R\$ 222.071 milhões em setembro de 2013, com crescimento de 7,1% em doze meses e 1,8% no trimestre. Em doze meses, a depreciação do Real frente ao Dólar, impactou a carteira de crédito em moeda estrangeira, que inclui também as operações indexadas em Dólar, levando ao aumento desta carteira. Desconsiderando o efeito da variação cambial o crescimento da carteira total, em doze meses seria 5,8%. A carteira de crédito ampliada, que inclui as outras operações com risco de crédito, ativos de adquirência e avais e fianças, somou R\$ 272.790 milhões ao final de setembro de 2013, com crescimento de 11,2% em doze meses e 2,3% no trimestre.

O crédito à pessoa física totalizou em setembro de 2013 R\$ 73.773 milhões, alta de 6,3% em doze meses e 2,1% no

trimestre. O produto de maior destaque, nos dois períodos de comparação, foi o crédito imobiliário.

A carteira de financiamento ao consumo totalizou R\$ 36.747 milhões em setembro de 2013, com alta de 1,1% em doze meses e queda de 0,7% no trimestre.

A carteira de pequenas e médias empresas totalizou R\$ 34.398 milhões em setembro de 2013, queda de 1,2% em doze meses e 3,3% no trimestre. A carteira de crédito de Grandes Empresas somou R\$ 77.153 milhões em setembro, com crescimento de 15,5% em doze meses e 5,4% no trimestre. A evolução dessa carteira, em doze meses, foi positivamente impactada pelo efeito da variação cambial. Excluindo este efeito, o crescimento em doze meses seria de 11,5%.

O total de captações e fundos² atingiu R\$ 372.798 milhões, em setembro de 2013, com crescimento de 10,5% em relação ao mesmo período de 2012 e 0,4% no trimestre.

1. Lucro líquido Societário + reversão de 100% da despesa de amortização do ágio;
2. De acordo com o critério ANBIMA.



ANÁLISE GERENCIAL DOS RESULTADOS

A seguir apresentamos a análise dos resultados gerenciais. A reconciliação com o resultado contábil poderá ser observada na página 30.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL¹
(R\$ Milhões)

	9M13	9M12	Var. 9M13x9M12	3T13	2T13	Var. 3T13x2T13
Margem Financeira Bruta	22.616	24.567	-7,9%	7.521	7.438	1,1%
Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.272)	(10.126)	-8,4%	(2.698)	(3.202)	-15,7%
Margem Financeira Líquida	13.345	14.441	-7,6%	4.822	4.236	13,8%
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	7.828	7.159	9,3%	2.614	2.628	-0,5%
Despesas Gerais	(11.984)	(11.710)	2,3%	(4.101)	(3.992)	2,7%
Despesas de Pessoal+PLR	(5.295)	(5.448)	-2,8%	(1.807)	(1.735)	4,2%
Outras Despesas Administrativas ²	(6.689)	(6.262)	6,8%	(2.294)	(2.257)	1,6%
Despesas Tributárias	(2.339)	(2.352)	-0,6%	(812)	(776)	4,6%
Resultados de Participações em Coligadas e Controladas	23	1	n.a.	17	5	n.a.
Outras Receitas / Despesas Operacionais ³	(2.280)	(2.441)	-6,6%	(945)	(616)	53,4%
Resultado Operacional	4.593	5.098	-9,9%	1.595	1.485	7,4%
Resultado não operacional	210	33	n.a.	10	112	-90,9%
Resultado antes de Impostos	4.802	5.131	-6,4%	1.605	1.597	0,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(282)	(290)	-2,8%	(151)	(93)	63,1%
Participações dos Acionistas Minoritários	(185)	(85)	118,3%	(48)	(94)	-49,6%
Lucro Líquido do Período	4.335	4.756	-8,9%	1.407	1.410	-0,2%

1. Exclui 100% da despesa de amortização do ágio, o efeito do hedge fiscal e outros ajustes, conforme descrito na página 30. Adicionalmente, os números de 2012 foram retroativamente impactados pela Deliberação CVM 695, emitida em 13 de dezembro de 2012, que trata de benefícios a empregados, principalmente fundos de pensão. O detalhamento desses impactos está descrito na página 32.
 2. Despesa administrativa exclui 100% da despesa de amortização do ágio.
 3. Inclui Receita Líquida de Prêmios, Renda de Previdência e Capitalização

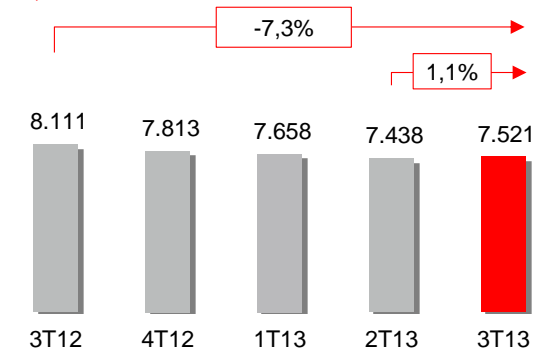
MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira bruta, incluindo resultado de operações financeiras, atingiu R\$ 22.616 milhões no acumulado até setembro de 2013, queda de 7,9% em relação ao mesmo período do ano anterior e aumento de 1,1% no trimestre.

As receitas oriundas das operações de crédito apresentaram queda de 8,6% (ou R\$ 1.604 milhões) em doze meses e 2,9% no trimestre (ou R\$ 165 milhões), embora o volume médio da carteira de crédito tenha crescido, nos mesmos períodos de comparação, 6,1% e 2,5%, respectivamente. A queda observada tanto em doze meses quanto no trimestre continua refletindo a redução do spread médio da carteira, que está associada, principalmente, à mudança de *mix*, onde participação dos produtos de menores spreads/ riscos vêm mostrando crescimento no portfólio de crédito. Cabe notar que, no trimestre, a queda de R\$ 165 milhões nas receitas oriundas das operações de crédito foi inferior a redução de R\$ 504 milhões no resultado de crédito de liquidação duvidosa (para maiores detalhes ver a página 12). Desta forma, se analisarmos a margem de crédito líquida do resultado de PDD observamos um crescimento de 13,4% (ou R\$ 339 milhões). Este movimento está associado à melhora da qualidade da carteira.

As receitas de depósitos apresentaram queda de 10,0% em doze meses e aumento de 19,1% no trimestre. As menores receitas com depósitos, em doze meses, refletem, principalmente, o impacto da redução da taxa Selic no diferencial entre Selic e as taxas pagas aos clientes. Já no trimestre, observa-se um movimento inverso, com ligeiro aumento no spread médio, decorrente, em parte, da recente elevação da taxa de juros (Selic) no período.

Margem Financeira Bruta
R\$ milhões





A linha de “Outros”, que considera remuneração do capital, resultado do gap estrutural de taxa de juros do balanço, receitas com clientes em atividades de tesouraria entre outros, apresentou queda de 5,4% em doze meses (ou R\$ 282 milhões) e alta de 13,9% no trimestre, em razão, principalmente, de maiores ganhos de atividades com o mercado.

MARGEM FINANCEIRA BRUTA (R\$ Milhões)	9M13	9M12	Var.	3T13	2T13	Var.
			9M13x9M12			3T13x2T13
Margem Financeira Bruta	22.616	24.567	-7,9%	7.521	7.438	1,1%
Créditos	17.100	18.704	-8,6%	5.563	5.728	-2,9%
Volume médio	213.061	200.720	6,1%	217.976	212.568	2,5%
Spread (a.a.)	10,7%	12,4%	-1,72 p.p.	10,1%	10,8%	-0,68 p.p.
Depósitos	585	650	-10,0%	223	188	19,1%
Volume médio	121.683	119.000	2,3%	125.195	119.342	4,9%
Spread (a.a.)	0,6%	0,7%	-0,09 p.p.	0,7%	0,6%	0,08 p.p.
Outros¹	4.932	5.214	-5,4%	1.734	1.523	13,9%

1. Inclui outras margens e Resultado de Operações Financeiras.

RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS

As receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias somaram R\$ 7.828 milhões no acumulado até setembro de 2013, alta de 9,3% em doze meses (ou R\$ 669 milhões) e redução de 0,5% no trimestre. Conforme mencionamos na página 3, a evolução das receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias foi impactada pela reclassificação na linha de comissões com cartões e adquirência. Se excluíssemos este efeito, as comissões cresceriam 11,3% em doze meses e 0,1% no trimestre. Em doze meses, as receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias foram impulsionadas por cartões de crédito, comissões com seguros e serviços de conta corrente. No trimestre a redução das comissões decorreu, principalmente, de menores comissões com estruturação de operações no mercado de capitais, cujo impacto está refletido na linha de “serviços de corretagem, custódia e colocação de títulos”.

As comissões com cartões totalizaram R\$ 2.298 milhões no acumulado até setembro de 2013, crescimento de 20,3% em doze meses (ou R\$ 387 milhões) e 3,7% no trimestre. Cabe destacar que nesta evolução já está refletida a nova contabilização. Se excluíssemos este efeito, as comissões cresceriam 25,8% em doze meses e 4,9% no trimestre. Adicionalmente, há um impacto em torno de R\$ 80 milhões, que reportamos no 3T12, referente à mudança no critério de reconhecimento das comissões de operações parceladas sem juros. Desconsiderando esses efeitos da base de comissões do 3T12, já no novo critério, teriam crescido 25,5% em doze meses.

As comissões com seguros somaram R\$ 1.295 milhões no acumulado até setembro de 2013, alta de 15,3% em doze meses (ou R\$ 172 milhões) e queda de 1,0% no trimestre.

As comissões com serviços de conta corrente somaram R\$ 1.332 milhões no acumulado até setembro de 2013, crescimento de 11,9% em doze meses (ou R\$ 142 milhões) e 2,2% no trimestre.

As comissões com operações de crédito totalizaram R\$ 638 milhões, queda de 20,1% em doze meses (ou R\$ 160 milhões) e 4,7% no trimestre, em razão, principalmente, da redução no volume de negócios.

As comissões com serviços de corretagem somaram R\$ 354 milhões no acumulado até setembro de 2013, crescimento de 24,7% em doze meses (ou R\$ 70 milhões). No trimestre apresentou queda de 34,0%, explicada principalmente por menores comissões com estruturação de operações no mercado de capitais.

RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E TARIFAS BANCÁRIAS (R\$ Milhões)	9M13	9M12	Var.	3T13	2T13	Var.
			9M13x9M12			3T13x2T13
Cartões¹	2.298	1.911	20,3%	798	770	3,7%
Comissões de Seguros	1.295	1.123	15,3%	379	383	-1,0%
Serviços de Conta Corrente	1.332	1.190	11,9%	464	454	2,2%
Receitas de Administração de Fundos, Consórcios e Bens	911	969	-6,0%	321	309	3,8%
Operações de Crédito	638	798	-20,1%	214	225	-4,7%
Cobrança e Arrecadações	590	532	11,0%	206	196	5,1%
Serviços de Corretagem, Custódia, Colocação de Títulos	354	284	24,7%	97	146	-34,0%
Outras	410	352	16,3%	135	145	-6,6%
Total	7.828	7.159	9,3%	2.614	2.628	-0,5%

1. Inclui comissões com serviços de adquirência líquidas dos valores repassados a título de intercâmbio.

DESPESAS GERAIS (ADMINISTRATIVAS + PESSOAL)

As despesas administrativas e de pessoal, excluindo depreciação e amortização, somaram R\$ 10.665 milhões no acumulado até setembro de 2013, alta de 1,9% em doze meses (ou R\$ 204 milhões) e 5,1% no trimestre.

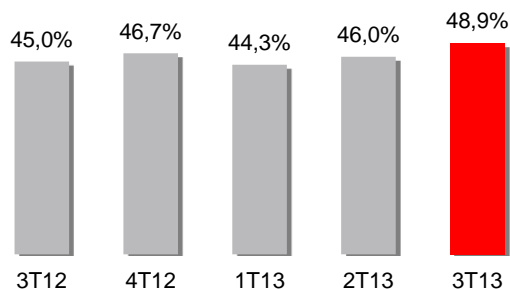
As despesas com pessoal, incluindo PLR, somaram R\$ 5.295 milhões no acumulado até setembro de 2013, registrando queda de 2,8% em doze meses (ou R\$ 153 milhões), em razão, principalmente, da redução na linha de remuneração. No trimestre, as despesas com pessoal apresentaram crescimento de 4,2%, em razão, principalmente, do impacto do dissídio coletivo.

As despesas administrativas, excluindo depreciação e amortização, totalizaram R\$ 5.371 milhões no acumulado até setembro de 2013, alta de 7,1% em doze meses (ou R\$ 357 milhões), em razão de maiores despesas com “serviços técnicos, especializados e de terceiros”, “aluguéis” e “processamento de dados”. No trimestre, as despesas administrativas apresentaram alta de 6,1%, sendo explicada por maiores despesas com “serviços técnicos, especializados e de terceiros”, “segurança e vigilância” e “processamento de dados”, que juntos responderam por aproximadamente 78% da variação das despesas administrativas, no trimestre.

As despesas de depreciação e amortização totalizaram R\$ 1.318 milhões no acumulado até setembro de 2013, com alta de 5,6% em doze meses (ou R\$ 70 milhões) e queda de 15,3% no trimestre.

As despesas gerais, incluindo depreciação e amortização, apresentaram crescimento de 2,3% (ou R\$ 274 milhões) em doze meses e 2,7% no trimestre. O índice de eficiência¹ atingiu 46,4% no acumulado até setembro de 2013, e 48,9% no trimestre.

Índice de Eficiência%



ABERTURA DE DESPESAS (R\$ Milhões)	9M13	9M12	Var.	3T13	2T13	Var.
			9M13x9M12			3T13x2T13
Serviços técnicos especializados e de terceiros	1.715	1.568	9,4%	615	565	8,9%
Propaganda, promoções e publicidade	279	326	-14,4%	104	104	-0,6%
Processamento de dados	967	904	6,9%	336	326	3,2%
Comunicações	461	457	0,9%	152	155	-1,9%
Aluguéis	550	454	21,0%	191	184	4,0%
Transporte e viagens	154	157	-2,0%	51	53	-3,2%
Segurança e vigilância	443	418	5,9%	164	140	16,9%
Manutenção e conservação de bens	150	144	4,6%	55	50	10,8%
Serviços do Sistema Financeiro	253	201	25,9%	91	82	10,9%
Água, Energia e Gás	121	129	-6,2%	39	38	2,0%
Material	77	80	-3,3%	27	26	2,6%
Outras	201	176	14,2%	73	67	9,8%
Subtotal	5.371	5.013	7,1%	1.898	1.789	6,1%
Depreciação e amortização ¹	1.318	1.249	5,6%	396	467	-15,3%
Total Despesas Administrativas	6.689	6.262	6,8%	2.294	2.257	1,6%
Remuneração ²	3.374	3.508	-3,8%	1.160	1.104	5,0%
Encargos	968	1.006	-3,8%	318	317	0,3%
Benefícios	856	831	3,1%	289	279	3,5%
Treinamento	84	90	-7,2%	34	30	16,2%
Outras	13	13	-2,8%	5	4	27,3%
Total Despesas com Pessoal	5.295	5.448	-2,8%	1.807	1.735	4,2%
DESPESAS ADMINISTRATIVAS + DESPESAS DE PESSOAL (exclui deprec. / amortização)	10.665	10.461	1,9%	3.705	3.524	5,1%
TOTAL DESPESAS GERAIS	11.984	11.710	2,3%	4.101	3.992	2,7%

1. Exclui 100% da despesa de amortização do ágio, que no 3T13 foi de R\$ 909 milhões, 3T12 foi de R\$ 909 milhões e 2T13 R\$ 909 milhões.

2. Inclui participação no Lucro



PROVISÕES DE CRÉDITO

O resultado de créditos de liquidação duvidosa totalizou R\$ 9.272 milhões, com queda de 8,4% em doze meses e 15,7% no trimestre. A redução no trimestre decorreu, principalmente, da melhora associada ao quadro de inadimplência para as pessoas físicas, além de maiores esforços nas recuperações de crédito.

RESULTADO DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (R\$ Milhões)	9M13	9M12	Var. 9M13x9M12	3T13	2T13	Var. 3T13x2T13
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.900)	(11.390)	-4,3%	(3.534)	(3.650)	-3,2%
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.629	1.264	28,9%	836	448	86,6%
Resultado de Crédito de Liquidação Duvidosa	(9.272)	(10.126)	-8,4%	(2.698)	(3.202)	-15,7%

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas e despesas operacionais somaram R\$ 2.280 milhões no acumulado até setembro de 2013, com redução de 6,6% em doze meses e aumento de 53,4% no trimestre. O aumento no trimestre decorreu de maiores provisões para contingências.

A evolução das outras receitas e despesas operacionais foi impactada pela reclassificação mencionada na página 3. Se excluíssemos este efeito, as outras receitas e despesas operacionais cresceriam 0,1% em doze meses e 46,1% no trimestre.

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ Milhões)	9M13	9M12	Var. 9M13x9M12	3T13	2T13	Var. 3T13x2T13
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(2.280)	(2.441)	-6,6%	(945)	(616)	53,4%
Despesa com comercialização de cartões	(1.120)	(918)	21,9%	(421)	(331)	27,2%
Receita Líquida de Rendimentos de Capitalização	206	225	-8,6%	66	71	-6,8%
Provisões para contingências ¹	(1.189)	(1.499)	-20,7%	(564)	(313)	79,9%
Outras	(176)	(249)	-29,1%	(26)	(43)	-38,6%

1. Inclui provisões fiscais, cíveis e trabalhista.

IMPOSTOS SOBRE A RENDA

O total de impostos somou R\$ 282 milhões no acumulado até setembro de 2013, atingindo uma alíquota efetiva de 5,9% nesse período, o que representa um aumento de 0,2 p.p. em doze meses. No trimestre, a alíquota apresentou uma alta de 3,6 p.p., atingindo 9,4%.

BALANÇO PATRIMONIAL

Os ativos totais registraram saldo de R\$ 465.408 milhões em setembro de 2013, alta de 4,7% em doze meses e queda de 0,6% no trimestre. O patrimônio líquido, totalizou no mesmo período, R\$ 63.740 milhões. Excluindo o saldo de ágio, o patrimônio líquido somou R\$ 53.457 milhões.

ATIVO (R\$ Milhões)	Set/13	Set/12	Var. Set13xSet12	Jun/13	Var. Set13xJun13
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	444.978	421.117	5,7%	446.974	-0,4%
Disponibilidades	5.906	4.522	30,6%	4.534	30,3%
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	44.776	40.609	10,3%	44.342	1,0%
Aplicações no Mercado Aberto	32.367	28.432	13,8%	28.696	12,8%
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.638	4.569	-42,3%	3.885	-32,1%
Aplicações em Moedas Estrangeiras	9.770	7.607	28,4%	11.761	-16,9%
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	71.610	63.563	12,7%	77.534	-7,6%
Carteira Própria	38.776	30.263	28,1%	34.710	11,7%
Vinculados a Compromissos de Recompra	13.578	14.404	-5,7%	20.994	-35,3%
Vinculados ao Banco Central	3.189	2.038	56,5%	2.661	19,8%
Vinculados à Prestação de Garantias	9.744	12.003	-18,8%	12.648	-23,0%
Outros	6.322	4.855	30,2%	6.522	-3,1%
Relações Interfinanceiras	38.298	40.081	-4,4%	34.317	11,6%
Relações Interdependências	1	1	n.a.	1	n.a.
Carteira de Crédito	207.112	192.812	7,4%	203.059	2,0%
Carteira de Crédito	222.071	207.334	7,1%	218.053	1,8%
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Provisão para Liquidação Duvidosa)	31 (14.990)	- (14.522)	n.a. 3,2%	38 (15.033)	n.a. -0,3%
Outros Créditos	75.500	77.991	-3,2%	81.408	-7,3%
Outros Valores e Bens	1.775	1.538	15,4%	1.779	-0,2%
Permanente	20.430	23.286	-12,3%	21.076	-3,1%
Investimentos Temporários	122	40	n.a.	115	6,2%
Imobilizado de Uso	6.125	5.257	16,5%	5.886	4,1%
Intangível	14.183	17.989	-21,2%	15.076	-5,9%
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.245	26.172	0,3%	26.240	0,0%
Outros Ativos Intangíveis (Amortizações Acumuladas)	7.109 (19.171)	7.034 (15.216)	1,1% 26,0%	6.978 (18.142)	1,9% 5,7%
Total do Ativo	465.408	444.404	4,7%	468.050	-0,6%
Ágio líquido de amortização	10.283	13.847	-25,7%	11.187	-8,1%
Ativo (excluindo o ágio)	455.125	430.557	5,7%	456.863	-0,4%



PASSIVO (R\$ Milhões)	Set/13	Set/12	Var.	Jun/13	Var.
			Set13xSet12		Set13xJun13
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	400.424	380.218	5,3%	402.912	-0,6%
Depósitos	130.433	122.426	6,5%	126.147	3,4%
Depósitos à Vista	14.420	11.966	20,5%	13.385	7,7%
Depósitos de Poupança	31.259	25.727	21,5%	29.293	6,7%
Depósitos Interfinanceiros	3.755	2.990	25,6%	3.604	4,2%
Depósitos a Prazo	80.999	81.743	-0,9%	79.865	1,4%
Captações no Mercado Aberto	77.794	73.139	6,4%	78.871	-1,4%
Carteira Própria	54.905	51.519	6,6%	58.201	-5,7%
Carteira de Terceiros	12.450	15.373	-19,0%	9.756	27,6%
Carteira de Livre Movimentação	10.440	6.247	67,1%	10.914	-4,3%
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	63.758	51.622	23,5%	64.956	-1,8%
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	44.668	37.800	18,2%	44.813	-0,3%
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	17.741	12.575	41,1%	18.813	-5,7%
Outras	1.349	1.247	8,2%	1.329	1,5%
Relações Interfinanceiras	2.428	1.560	55,7%	1.414	n.a.
Relações Interdependências	1.344	795	69,1%	984	36,6%
Obrigações por Empréstimos	17.460	15.474	12,8%	16.976	2,8%
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	10.465	9.395	11,4%	9.559	9,5%
Obrigações por Repasses do Exterior	19	45	-56,5%	29	-32,6%
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.505	5.284	4,2%	5.713	-3,6%
Outras Obrigações	91.218	100.479	-9,2%	98.262	-7,2%
Resultados de Exercícios Futuros	298	219	36,3%	252	18,5%
Participação dos Acionistas Minoritários	947	594	59,4%	924	2,5%
Patrimônio Líquido	63.740	63.372	0,6%	63.963	-0,3%
Total do Passivo	465.408	444.404	4,7%	468.050	-0,6%
Patrimônio Líquido (excluindo o ágio)	53.457	49.526	7,9%	52.776	1,3%

Obs.: Os números de 2012 foram retroativamente impactados pela Deliberação CVM 695, emitida em 13 de dezembro de 2012, que trata de benefícios a empregados, principalmente fundos de pensão. O detalhamento desses impactos está descrito na página 32 deste documento.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O total de títulos e valores mobiliários somou R\$ 71.610 milhões em setembro de 2013, crescimento de 12,7% em doze meses e queda de 7,6% no trimestre.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (R\$ Milhões)	Set/13	Set/12	Var.	Jun/13	Var.
			Set13xSet12		Set13xJun13
Títulos Públicos	46.090	45.133	2,1%	52.875	-12,8%
Títulos Privados	19.201	13.578	41,4%	18.140	5,8%
Instrumentos Financeiros	6.320	4.852	30,2%	6.519	-3,1%
Total	71.610	63.563	12,7%	77.534	-7,6%



CARTEIRA DE CRÉDITO

Ao final de setembro de 2013, a carteira de crédito total somou R\$ 222.071 milhões, com crescimento de 7,1% em doze meses e 1,8% no trimestre. Em doze meses, a depreciação do Real frente ao Dólar, impactou a carteira de crédito em moeda estrangeira, que inclui também as operações indexadas em Dólar, levando ao aumento desta carteira. Desconsiderando o efeito da variação cambial, o crescimento da carteira total, em doze meses seria 5,8%. Cabe destacar que a carteira de crédito segue apresentando uma expansão moderada, reflexo do menor ritmo de crescimento da atividade econômica.

O saldo da carteira em moeda estrangeira, incluindo as operações indexadas em Dólar, totalizou R\$ 27,0 bilhões em setembro de 2013, aumento de 13,6% em relação ao saldo de R\$ 23,8 bilhões em setembro de 2012 e redução de 0,2% em relação ao saldo de R\$ 27,1 bilhões de junho de 2013.

A carteira de crédito ampliada, que inclui as outras operações com risco de crédito, ativos de aquisição e avais e fianças, somou R\$ 272.790 milhões ao final de setembro de 2013, com crescimento de 11,2% em doze meses e 2,3% no trimestre.

ABERTURA GERENCIAL DO CRÉDITO POR SEGMENTO (R\$ Milhões)

	Set/13	Set/12	Var. Set13xSet12	Jun/13	Var. Set13xJun13
Pessoa física	73.773	69.388	6,3%	72.258	2,1%
Financiamento ao consumo	36.747	36.340	1,1%	37.021	-0,7%
Pequenas e Médias empresas	34.398	34.824	-1,2%	35.582	-3,3%
Grandes Empresas	77.153	66.782	15,5%	73.192	5,4%
Total da Carteira	222.071	207.334	7,1%	218.053	1,8%
Outras operações com riscos de crédito ¹	50.720	38.077	33,2%	48.654	4,2%
Total Carteira Ampliada	272.790	245.411	11,2%	266.708	2,3%

1. Inclui debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados às atividades de aquisição e avais e fianças

CRÉDITO PESSOA FÍSICA

O crédito à pessoa física totalizou R\$ 73.773 milhões, em setembro de 2013, alta de 6,3% (ou R\$ 4.385 milhões) em doze meses e 2,1% no trimestre. O produto de maior destaque, nos dois períodos de comparação, foi o crédito imobiliário.

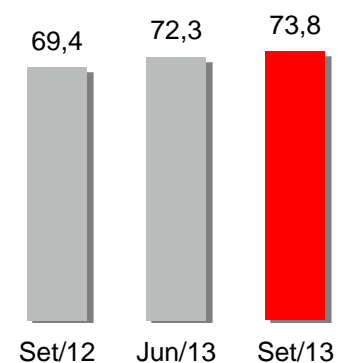
A carteira de cartões totalizou R\$ 15.577 milhões, alta de 5,8% em doze meses (ou R\$ 860 milhões) e 3,1% no trimestre.

O saldo do crédito imobiliário alcançou R\$ 14.400 milhões em setembro de 2013, alta de 31,9% em doze meses (ou R\$ 3.481 milhões) e 7,6% no trimestre.

O volume da carteira de consignado, excluindo o montante de carteira adquirida, somou R\$ 13.733 milhões, com aumento de 1,8% em doze meses (ou R\$ 246 milhões) e queda de 0,9% no trimestre. Cabe destacar que a redução no ritmo de crescimento desta carteira reflete a readequação de processos e estratégia do produto.

A carteira de crédito à pessoa física também inclui R\$ 3.099 bilhões de leasing/veículos originados através da rede de agências do Santander. Nos últimos meses, o Santander tem atuado no aumento dessas operações, mostrando um ritmo de crescimento superior (+3,8% no trimestre) às operações originadas por meio da rede de correspondentes bancários – financeira (-0,3% no trimestre).

**Pessoa Física
R\$ bilhões**



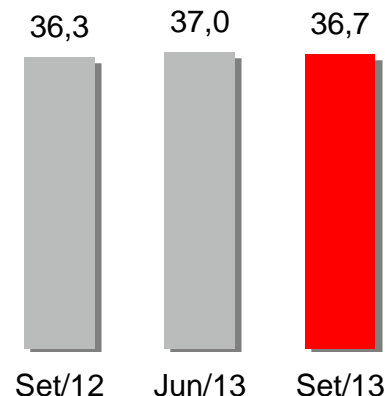


FINANCIAMENTO AO CONSUMO

A carteira de financiamento ao consumo, que é originada fora da rede de agências, totalizou R\$ 36.747 milhões em setembro de 2013, com alta de 1,1% em doze meses (ou R\$ 407 milhões) e queda de 0,7% no trimestre. Do total de R\$ 36.747 milhões da carteira de financiamento ao consumo, R\$ 30.039 milhões refere-se a financiamentos de veículos para pessoa física.

Portanto, considerando a carteira total de veículos para pessoa física, que inclui as operações realizadas através de correspondentes bancários (financeira) e pela rede agências, o crescimento seria de 1,2% em doze meses e flat no trimestre totalizando R\$ 33.138 milhões, em setembro de 2013. É importante observar que a desaceleração no ritmo de crescimento desta carteira acompanha a dinâmica deste mercado.

Financiamento ao Consumo
R\$ bilhões



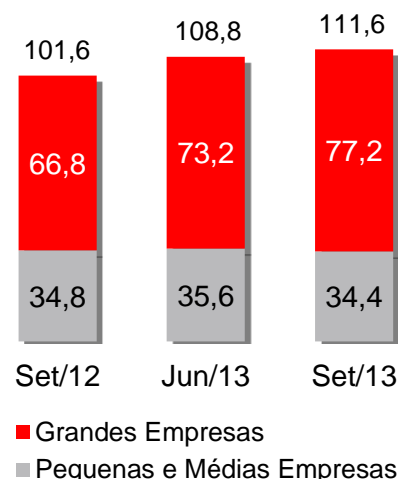
CRÉDITO PESSOA JURÍDICA

O crédito concedido à pessoa jurídica, somou R\$ 111.551 milhões em setembro de 2013, com alta de 9,8% em doze meses (ou R\$ 9.945 milhões) e 2,6% no trimestre.

A carteira de crédito de Grandes Empresas somou R\$ 77.153 milhões, com crescimento de 15,5% em doze meses (ou R\$ 10.371) e 5,4% no trimestre. A evolução dessa carteira, em doze meses, foi positivamente impactada pelo efeito da variação cambial. Excluindo este efeito, o crescimento seria de 11,5%.

O volume de crédito destinado ao segmento de Pequenas e Médias Empresas somou R\$ 34.398 milhões em setembro de 2013, queda de 1,2% em doze meses (ou R\$ 426 milhões) e 3,3% no trimestre. A redução do trimestre é explicada, em parte, por algumas incertezas associadas ao ambiente macroeconômico, o que limita o crescimento do crédito neste segmento. Porém, o banco mantém foco prioritário neste segmento e continua trabalhando em soluções que o permitam crescer com qualidade.

Pessoa Jurídica
R\$ bilhões





CARTEIRA DE CRÉDITO PESSOA JURÍDICA E PESSOA FÍSICA POR PRODUTO

ABERTURA GERENCIAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO POR PRODUTOS (R\$ Milhões)	Set/13	Set/12	Var.	Jun/13	Var.
			Set13xSet12		Set13xJun13
Pessoa Física					
Leasing / Veículos ¹	3.099	2.539	22,1%	2.986	3,8%
Cartão de Crédito	15.577	14.717	5,8%	15.108	3,1%
Consignado ²	14.432	15.034	-4,0%	14.808	-2,5%
Carteira própria	13.733	13.487	1,8%	13.864	-0,9%
Carteira adquirida	699	1.547	-54,8%	944	-26,0%
Crédito Imobiliário	14.400	10.919	31,9%	13.378	7,6%
Crédito Rural	2.841	2.177	30,5%	2.672	6,3%
Crédito Pessoal/Outros	23.425	24.003	-2,4%	23.306	0,5%
Total Pessoa Física	73.773	69.388	6,3%	72.258	2,1%
Financiamento ao consumo	36.747	36.340	1,1%	37.021	-0,7%
Pessoa Jurídica					
Leasing / Veículos	3.500	3.530	-0,9%	3.568	-1,9%
Crédito Imobiliário	9.108	7.424	22,7%	8.205	11,0%
Comércio Exterior	18.827	16.354	15,1%	17.819	5,7%
Repasse	8.985	7.867	14,2%	8.103	10,9%
Crédito Rural	2.208	1.785	23,7%	2.511	-12,1%
Capital de Giro/Outros	68.923	64.646	6,6%	68.567	0,5%
Total Pessoa Jurídica	111.551	101.606	9,8%	108.774	2,6%
Carteira de Crédito Total	222.071	207.334	7,1%	218.053	1,8%
Outras operações com riscos de crédito ³	50.720	38.077	33,2%	48.654	4,2%
Carteira de Crédito Ampliada	272.790	245.411	11,2%	266.708	2,3%

1. Incluindo financiamento ao consumo, a carteira de veículos PF totalizou R\$33.138 MM no 3T13, R\$ 32.743 MM no 3T12 e R\$ 33.122 MM no 2T13.

2. Inclui compra de carteira de consignado.

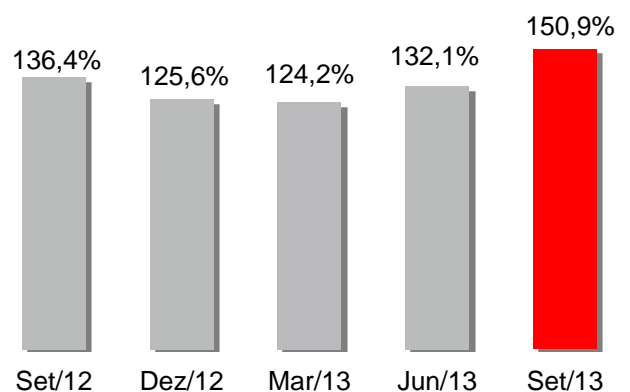
3. Inclui debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias, notas promissórias de colocação no exterior, ativos relacionados a atividades de aquisição e avais e fianças.

PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS / COBERTURA

O saldo das provisões para crédito de liquidação duvidosa totalizou R\$ 14.990 milhões em setembro de 2013, crescimento de 3,2% em doze meses e redução de 0,3% no trimestre.

O índice de cobertura BR GAAP é obtido por meio da divisão do saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, pelo saldo das operações vencidas há mais de 90 dias. Ao final de setembro de 2013, o indicador atingiu 150,9%, aumento de 18,8 p.p. no trimestre. Cabe destacar, que o aumento no trimestre decorre, principalmente, de uma redução mais expressiva no saldo over 90, em razão da melhora observada na qualidade da carteira.

Cobertura (over 90 dias)





CARTEIRA DE RENEGOCIAÇÃO

As operações de crédito renegociadas totalizaram R\$ 12.897 milhões em setembro de 2013, mostrando um crescimento de 19,2% em doze meses. Nestas operações estão incluídos os contratos de crédito que foram prorrogados e/ou modificados para permitir o seu recebimento em condições acordadas com os clientes, inclusive as renegociações de operações baixadas a prejuízo no passado. No trimestre, o crescimento das renegociações foi de 10,6%.

Em setembro de 2013, as renegociações estavam cobertas em 48,8% frente aos 50,6% em setembro de 2012. Estes níveis são considerados adequados às características destas operações.

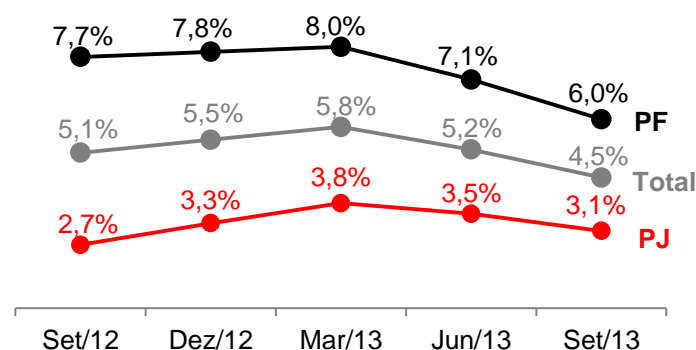
CARTEIRA DE CRÉDITO - RENEGOCIAÇÃO
(R\$ Milhões)

	Set/13	Set/12	Var. Set13xSet12	Jun/13	Var. Set13xJun13
Créditos Renegociados	12.897	10.817	19,2%	11.666	10,6%
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.292)	(5.476)	14,9%	(5.686)	10,7%
Cobertura	48,8%	50,6%	-1,8 p.p.	48,7%	0,0 p.p.

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA (ACIMA DE 90 DIAS)

O índice de inadimplência, superior a 90 dias, atingiu 4,5% do total da carteira de crédito, mostrando redução de 0,7 p.p. em doze meses e 0,7 p.p. quando comparado a junho de 2013. A redução observada no índice de inadimplência acima de 90 dias, principalmente no segmento de pessoa física, reflete, a melhora na qualidade da carteira. A inadimplência pessoa física apresentou uma redução de 1,7 p.p. em doze meses e 1,1 p.p. no trimestre, alcançando 6,0%. No segmento de pessoa jurídica, a inadimplência mostrou aumento de 0,4 p.p. em doze meses e redução de 0,4 p.p. no trimestre, alcançando 3,1%.

Índice de Inadimplência¹- (Over 90)

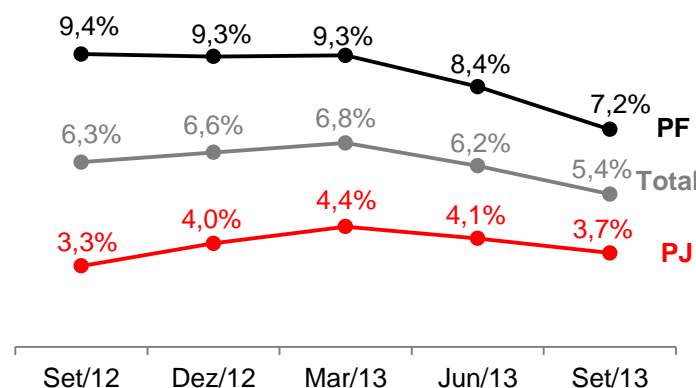


1. Operações vencidas há mais de 90 dias/carteira de crédito em BR GAAP

ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA (ACIMA DE 60 DIAS)

O índice de inadimplência acima de 60 dias, atingiu 5,4% em setembro de 2013, registrando redução de 0,9 p.p. em doze meses e 0,8 p.p. no trimestre. A inadimplência pessoa física atingiu 7,2%, com redução de 2,2 p.p. em doze meses e 1,2 p.p. no trimestre. A inadimplência para pessoa jurídica mostrou elevação de 0,4 p.p. em doze meses e redução de 0,4 p.p. no trimestre.

Índice de Inadimplência¹ - (Over 60)



1. Operações vencidas há mais de 60 dias/carteira de crédito em BR GAAP

O índice de inadimplência total de 15-90 dias totalizou 4,7% em setembro de 2013, com redução de 0,4 p.p. em doze meses e aumento de 0,2 p.p. no trimestre.

CAPTAÇÃO

O total de captações de clientes somou R\$ 209.616 milhões em setembro de 2013, com crescimento de 8,9% em doze meses (ou R\$ 17.105 milhões) e 2,3% em três meses. Em doze meses destaque para captações com lastro em debêntures, LCI e LCA, que cresceram 13,6% (com participação de 38% no aumento das captações de clientes no período), depósitos de poupança com crescimento de 21,5% (participação de 32%) e depósito à vista que cresceram 20,5% (participação de 14%).

No trimestre, os maiores crescimentos foram observados nos depósitos à vista (+7,7%) e depósito de poupança (+6,7%), que juntos responderam por mais de 60% do aumento das captações no trimestre.

CAPTAÇÃO (R\$ Milhões)	Set/13	Set/12	Var.	Jun/13	Var.
			Set13xSet12		Set13xJun13
Depósitos à vista	14.420	11.966	20,5%	13.385	7,7%
Depósitos de poupança	31.259	25.727	21,5%	29.293	6,7%
Depósitos a Prazo	80.999	81.743	-0,9%	79.865	1,4%
Debêntures/LCI/LCA ¹	54.295	47.811	13,6%	51.990	4,4%
Letras Financeiras	28.643	25.264	13,4%	30.353	-5,6%
Captação de Clientes	209.616	192.511	8,9%	204.887	2,3%

1. Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Letra de Crédito Agrícola.

RELAÇÃO ENTRE CRÉDITO E CAPTAÇÃO

A relação entre a carteira de empréstimos e a captação de clientes, alcançou 106% em setembro de 2013, uma redução de 2,0p.p. em doze meses. No trimestre, o indicador manteve-se estável.

Já a métrica de liquidez ajustada ao impacto dos (altos) compulsórios no Brasil e ao *funding* de médio / longo prazo atingiu 97% em setembro de 2013, mostrando redução de 5,0 p.p. em doze meses e aumento de 1,0 p.p. no trimestre.

O banco encontra-se em confortável situação de liquidez, com fontes de captação estáveis e adequada estrutura de *funding*.

CAPTAÇÕES VS. CRÉDITO (R\$ Milhões)	Set/13	Set/12	Var.	Jun/13	Var.
			Set13xSet12		Set13xJun13
Captação de Clientes (A)	209.616	192.511	8,9%	204.887	2,3%
(-) Depósitos Compulsórios	(35.437)	(38.275)	-7,4%	(32.563)	8,8%
Captações Líquidas de Depósitos Compulsórios	174.179	154.236	12,9%	172.324	1,1%
Obrigações por Repasses - país	10.553	9.532	10,7%	9.658	9,3%
Dívida subordinada	8.690	11.696	-25,7%	9.046	-3,9%
Captações no Exterior	35.132	27.956	25,7%	35.720	-1,6%
Total Captações (B)	228.554	203.421	12,4%	226.747	0,8%
Fundos ¹	144.244	134.064	7,6%	144.413	-0,1%
Total de Captações e Fundos	372.798	337.485	10,5%	371.159	0,4%
Total Crédito Clientes (C)	222.071	207.334	7,1%	218.053	1,8%
C / B (%)	97%	102%		96%	
C / A (%)	106%	108%		106%	

1. De acordo com o critério ANBIMA.



ÍNDICE DE BASILEIA

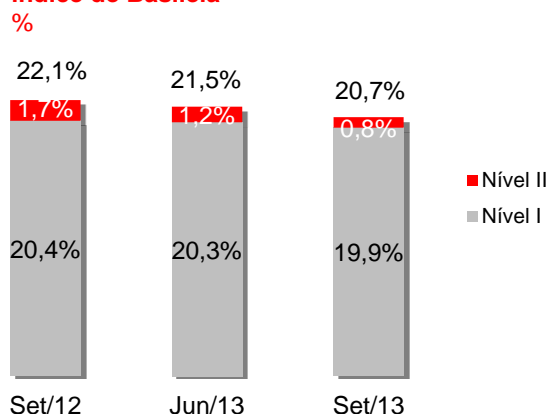
O índice de Basileia alcançou 20,7% em setembro de 2013, com redução de 1,4.p.p em relação ao mesmo período do ano anterior e queda de 0,8 p.p. em relação a junho de 2013.

O patrimônio de referência nível I totalizou R\$ 64.586 milhões, com redução de 0,7% em doze meses (ou R\$ 466 milhões) e aumento de 0,1% no trimestre. O patrimônio de referência nível II totalizou R\$ 2.692 milhões, com queda de 49,1% em doze meses (ou R\$ 2.599 milhões) e 31,8% no trimestre. A redução em ambos os períodos de comparação reflete, principalmente, o menor volume de dívidas subordinadas elegíveis a compor o capital nível II, em razão da diminuição do prazo residual dessas dívidas.

De acordo com as regras de capital regulatório no Brasil, este indicador considera o valor do ágio para o cálculo do patrimônio de referência. O índice mínimo, pelas regras brasileiras, é de 11%.

Excluindo o saldo de ágio, o índice de Basileia atingiu 18,2% em setembro de 2013, frente aos 18,6% em setembro de 2012.

Índice de Basileia



RECURSOS PRÓPRIOS e BIS (R\$ Milhões)

	Set/13	Set/12	Var. Set13xSet12	Jun/13	Var. Set13xJun13
Patrimônio de Referência Nível I Ajustado	64.586	65.052	-0,7%	64.537	0,1%
Patrimônio de Referência Nível II	2.692	5.291	-49,1%	3.945	-31,8%
Patrimônio de Referência Nível I e II	67.278	70.342	-4,4%	68.482	-1,8%
Patrimônio de Referência Exigido	35.773	35.028	2,1%	35.002	2,2%
Parcela de Risco de Crédito Ajustada	32.184	30.983	3,9%	31.520	2,1%
Parcelas de Risco de Mercado	1.900	2.273	-16,4%	1.752	8,4%
Parcela de Risco Operacional	1.689	1.770	-4,6%	1.729	-2,3%
Índice de Basileia II	20,7%	22,1%	-1,4 p.p.	21,5%	-0,8 p.p.
Tier I (com ágio)	19,9%	20,4%	-0,6 p.p.	20,3%	-0,4 p.p.
Tier II (com ágio)	0,8%	1,7%	-0,8 p.p.	1,2%	-0,4 p.p.

Valores Calculados com base nas informações consolidadas das instituições financeiras (conglomerado financeiro)

Em março de 2013, o Bacen tornou público as normas relacionadas à definição de capital e aos requerimentos de capital regulamentar com o objetivo de implantar no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, (Basileia III). A aplicação das novas regras teve início a partir de 1º de outubro de 2013.

Adicionalmente, em setembro anunciamos uma otimização de nossa estrutura de capital visando deixá-la mais eficiente, sem alterar o nível de solvência do Banco. Por meio de uma operação de características pioneiras no mercado brasileiro, pretendemos substituir 11,4% do patrimônio líquido^(*) do Santander Brasil por igual valor de capital complementar Tier 1 e capital Tier 2. Estas alterações têm como principais objetivos: (i) reduzir o custo de capital, (ii) aumentar o retorno sobre o patrimônio para os acionistas mantendo o mesmo nível de solvência do Banco e (iii) flexibilizar a estrutura e capital em termos de moedas e composição.

(*) Em Junho de 2013



CARTÕES

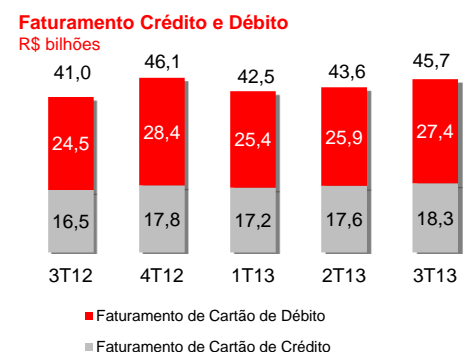
O Santander encerra o terceiro trimestre de 2013 dando continuidade na estratégia de ampliar sua atuação no mercado de cartão de crédito e no lançamento de produtos inovadores.

Desde julho de 2013, está à disposição dos clientes Santander uma nova opção de pagamento do cartão de crédito, para auxiliá-los na organização de sua vida financeira. O Total Parcelado é um produto inovador, que permite organizar todos os gastos do cartão em parcelas fixas, com uma taxa de juros reduzida. Permite pagar em até 24 vezes fixas o saldo total do cartão, que é composto pela fatura atual mais todas as parcelas a vencer. Diferentemente do parcelamento de fatura, que parcela somente o valor da fatura atual, a nova modalidade atende aos clientes que desejam mais controle e previsibilidade no seu orçamento, sabendo exatamente o valor que pagará nas próximas faturas. Com este lançamento, o Santander reforça seu portfólio de produtos financeiros no cartão, adaptados a cada momento de vida do cliente.

Seguimos atuando junto a nossos clientes correntistas e não correntistas com ofertas de produtos diferenciadas, desenvolvidas para suas diferentes necessidades. Com isso seguimos com a expansão de nossa base de clientes, buscando um maior relacionamento e interação no planejamento financeiro de nossos clientes.

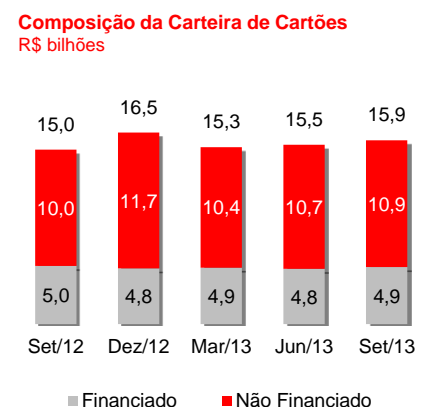
FATURAMENTO

O faturamento de crédito no terceiro trimestre de 2013 foi de R\$ 18,3 bilhões, representando um incremento de 10,7% em doze meses e 3,7% em relação ao trimestre anterior. O faturamento débito atingiu R\$ 27,4 bilhões, alta de 12,0% em doze meses e 5,8% no trimestre.



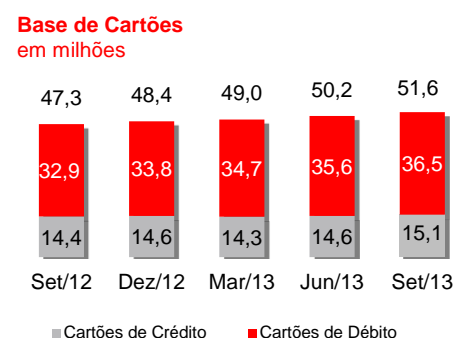
CARTEIRA DE CRÉDITO DE CARTÕES

A carteira total de cartões atingiu R\$ 15,9 bilhões no terceiro trimestre de 2013, incremento de 5,4% em relação à igual período do ano anterior e 2,5% no trimestre. A carteira financiada totalizou R\$ 4,9 bilhões, apresentando aumento de 3,1% no trimestre. Já a carteira não financiada apresentou incremento de 2,2%, no mesmo período.



BASE DE CARTÕES

A base de cartões de crédito cresceu 4,6% em doze meses e 3,2% no trimestre, atingindo 15,1 milhões de cartões. Os cartões de débito somaram 36,5 milhões no terceiro trimestre de 2013, com crescimento de 11,0% em doze meses e 2,5% em relação a junho de 2013.





GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Santander segue as recomendações do Código das Melhores Práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e tem suas ações e *Units* listadas no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. (BM&F Bovespa), que contempla um criterioso conjunto de regras e práticas de governança complementares à legislação vigente.

COMPOSIÇÃO SIMPLIFICADA DA BASE ACIONÁRIA

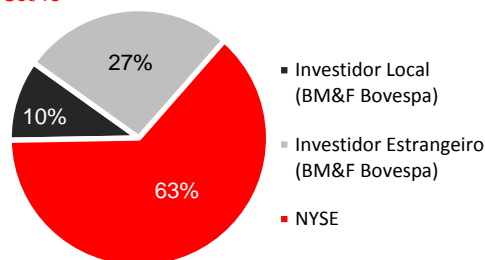
Composição acionária do Santander em 30 de setembro de 2013:

ESTRUTURA ACIONÁRIA	Ações Ordinárias (Mil)		Ações Preferenciais (Mil)		Total das Ações (Mil)	Total %
	Ordinárias (Mil)	% ON	Preferenciais (Mil)	% PN		
Grupo Santander ¹	161.162.025	75,7%	137.716.183	74,0%	298.878.208	74,9%
Ações em Tesouraria	912.695	0,4%	829.723	0,4%	1.742.418	0,4%
Free Float	50.767.011	23,9%	47.656.480	25,6%	98.423.491	24,7%
Total	212.841.732	100,0%	186.202.385	100,0%	399.044.117	100,0%

1) Considera a participação das empresas: Grupo Empresarial Santander S.L., Sterrebeek B.V. e Santander Insurance Holding, S.L., além das ações de propriedade de Administradores.

O Santander Brasil destacou no acumulado até setembro de 2013 R\$ 1.400 milhões, sendo R\$ 300 milhões de juros sobre capital próprio e R\$ 1.100 milhões em dividendos. O pagamento, relativo aos destaques efetuados no primeiro semestre, ocorreu em 29 de agosto de 2013. Como os pagamentos são semestrais, o próximo deverá ocorrer a partir de 26 de fevereiro de 2014.

Free Float Set/13



DESEMPENHO DAS AÇÕES

SANB11	9M13	9M12	Var. 9M13x9M12	3T13	2T13	Var. 3T13x2T13
Lucro Líquido (anualizado) por ação ¹ (R\$)	1,52	1,67	-8,9%	1,48	1,48	-0,2%
Dividendos+JCP (semestre) por ação (R\$)	0,37	0,52	-28,9%	0,12	0,17	-30,8%
Preço de Fechamento (R\$)	14,9	14,8	0,8%	14,9	13,6	10,3%
Valor Patrimonial por ação (R\$) ²	14,1	13,0	7,9%	14,1	13,9	1,3%
Valor de Mercado (R\$ bi)³	57,0	54,0	5,6%	57,0	51,0	11,8%

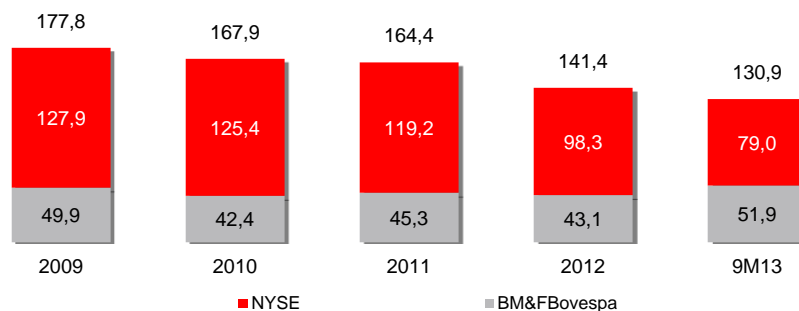
1-Calculo não leva em consideração o fato de que os dividendos atribuídos às ações preferenciais são 10% superiores ao montante atribuído às ações ordinárias.

2-Valor patrimonial exclui o ágio e já contempla o impacto retroativo de 2012, referente a Deliberação CVM 695, cujos detalhes poderão ser obtidos na página 32.

3-Valor de Mercado: total de ações (ON + PN)/105 (Unit = 50 PN + 55 ON) x preço de fechamento da Unit.

Volume Médio Diário de Ações Negociadas¹

R\$ milhões



1. Para 2009, inicia após o final do período de estabilização, 1 mês após o IPO



AGÊNCIAS DE RATING

O Santander é classificado por agências internacionais de *rating* e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas principais agências:

RATINGS	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Fitch Ratings (perspectiva)	BBB (estável)	F2	BBB (estável)	F2	AAA (bra) (estável)	F1+ (bra)
Standard & Poor's (perspectiva)	BBB (negativo)	A-2	BBB (negativo)	A-2	brAAA (negativo)	brA-1
Moody's (perspectiva)	Baa2 (estável)	Prime-2	Baa2 (estável)	Prime-2	Aaa.br (estável)	Br-1

Ratings atribuídos conforme relatórios publicados pelas Agências de Rating: Fitch Ratings (28 de Maio de 2013); Standard & Poor's (07 de Junho de 2013) e Moody's (03 de Outubro de 2013).



GESTÃO DE RISCOS

GOVERNANÇA CORPORATIVA DA FUNÇÃO DE RISCOS

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme os mais altos padrões de gestão, construída a partir de uma visão prudente de riscos e do conhecimento do cliente. Suas principais atribuições são:

- Integrar e adaptar a cultura de risco do Banco ao âmbito local, além da estratégia de gestão de riscos e a predisposição e o nível de tolerância ao risco, todos compatibilizados com os padrões corporativos do Banco Santander Espanha;
- Aprovar proposta, operações e limites de crédito de clientes e carteiras (atacado e varejo);
- Deliberar em temas gerais relacionados com Risco de Mercado;
- Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pelo Comitê Executivo e Conselho, e alinhadas com as políticas do Banco Santander Espanha; e
- Autorizar o uso das ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna.

A função de riscos no Banco Santander é executada através da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das demais áreas comerciais, e reporta-se diretamente ao Presidente do Banco Santander e ao Diretor Corporativo de Riscos do Banco Santander Espanha.

Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controle, relacionados à gestão de riscos, está descrito no relatório disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

RISCO DE CRÉDITO

A função de Riscos de Crédito e Mercado é desenvolver políticas e estratégias para o gerenciamento de risco de acordo com o apetite de riscos definido pela Comissão Executiva. Adicionalmente, é responsável pelos sistemas de controle e acompanhamento utilizados na gestão de riscos de crédito e mercado. Esses sistemas e processos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

A Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes, assim como o processo de gestão de riscos é segregado entre clientes individualizados e clientes com características similares (estandarizados).

RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na

administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos “gaps” de liquidez, entre outras. Isso permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados em que atua.

O Banco Santander opera de acordo com as políticas globais, enquadradas na perspectiva de risco tolerado pelo Banco e alinhado aos objetivos no Brasil e no mundo. Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o Value at Risk (VaR) (simulação histórica de 520 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos de Crédito e Mercado, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as definições corporativas locais e globais.

RISCOS OPERACIONAIS, CONTROLES INTERNOS, LEI SARBANES-OXLEY E AUDITORIA INTERNA

As áreas corporativas responsáveis pela Gestão de Riscos Operacionais e Tecnológicos e Controles Internos - SOX do Banco Santander são subordinadas a vice-presidências distintas, com estruturas, normas, metodologias, ferramentas e modelos internos específicos, assegurando através de um Modelo de Gestão a adequada identificação, captura, avaliação, controle, monitoramento, mitigação e redução dos eventos e perdas decorrentes dos riscos operacionais. Adicionalmente, a atuação na prevenção aos riscos operacionais, tecnológicos e a gestão da continuidade de negócios, corroboram no contínuo fortalecimento do sistema de controles internos e atendem às determinações dos Órgãos Reguladores, Acordo da Basiléia – BIS II e exigências da Lei Sarbanes Oxley. Este Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management – Integrated Framework.



Os procedimentos desenvolvidos e adotados buscam posicionar e manter o Banco Santander entre as instituições financeiras com as melhores práticas gerenciais na administração dos riscos operacionais, contribuindo para melhoria contínua da reputação, solidez, sustentabilidade e confiabilidade da instituição no mercado local e internacional.

A Alta Administração é parte atuante no modelo, reconhecendo, participando e compartilhando na responsabilidade contínua com a melhoria da cultura e estrutura para a gestão dos riscos operacionais e tecnológicos e do ambiente de controles internos, os quais visam assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, bem como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da Parcela do Patrimônio de Referência Exigido referente ao risco operacional.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2012, nas empresas do Banco Santander, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes Oxley, foi concluída em fevereiro de 2013 e não identificou qualquer incidência considerada material.

Informações adicionais do modelo de gestão encontram-se disponíveis nos relatórios anuais e sociais, os quais estão disponíveis em: www.santander.com.br/ri.

A Auditoria Interna depende diretamente do Conselho de Administração, sendo, o Comitê de Auditoria o encarregado pela supervisão da atuação de seus serviços. Tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle internos, assim como a confiabilidade e qualidade da informação contábil, estando todas as sociedades, unidades de negócio, departamentos e serviços centrais do Banco Santander abaixo de seu escopo de aplicação.

Ao longo do ano de 2013, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados, respectivamente, sobre os trabalhos realizados pela Auditoria Interna, conforme seu plano anual. O Comitê de Auditoria analisou o plano de trabalho anual da divisão de auditoria interna e aprovou o relatório de atividades para o ano de 2013.

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Santander, a área de Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário. Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como uma ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco de cada unidade, considerando seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações, sua dimensão, a qualidade de sua carteira de crédito, etc.

Além disso, pelo menos anualmente, os programas de trabalho são revisados, documentos que descrevem os testes de auditoria a serem realizados, para que as exigências sejam cumpridas. Durante o ano de 2013, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das unidades que foram escopo de

análise, avaliando tanto a eficácia na concepção, quanto o funcionamento dos controles analisados.

RISCO AMBIENTAL E SOCIAL

O gerenciamento de risco socioambiental para o segmento de atacado é realizado através de um sistema de gestão dos clientes que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$ 1 milhão, que considera itens como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades. Uma equipe especializada, com formação em Biologia, Engenharia de Saúde e Segurança, Geologia e Engenharia Química, monitora as práticas ambientais dos nossos clientes pessoa jurídica. A equipe de análise financeira estuda o potencial de danos e impactos que situações socioambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A análise foca em preservar o capital e reputação no mercado e a disseminação da prática é obtida através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para pessoa jurídica no Atacado.

O gerenciamento de risco socioambiental em fornecedores é realizado ao longo do processo de compras e está fundamentado nos 10 princípios do Pacto Global das Nações Unidas que considera itens como: direitos humanos, condições de trabalho, questões socioambientais e éticas. Para participar de um processo de concorrência, a empresa deve manifestar que respeita estes princípios. Durante a homologação é realizada uma avaliação técnica que inclui critérios sociais e ambientais. Além desta etapa, os fornecedores classificados na categoria de alto impacto, passam por uma avaliação mais detalhada sobre os aspectos operacionais, administrativos financeiros, fiscais, legais, de governança, sociais e ambientais. Esta etapa inclui uma visita para verificar as evidências e respostas fornecidas durante a avaliação. Existem também procedimentos para monitoramento da conformidade das práticas dos fornecedores com os princípios do Pacto Global, que são realizados por consultorias externas conduzidas pela Matriz do Grupo.



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Sustentabilidade para o Santander é parte estratégica dos negócios. É um compromisso que se concretiza com a inserção do tema em nosso modelo de atuação, fomentando a inclusão social e financeira, investindo na melhoria da educação e fazendo negócios que promovam resultados para o banco e para todos. Neste trimestre, o Santander lançou o programa Reduza e Compense, o qual tem o objetivo de avançar no desenvolvimento da economia de baixo carbono, envolvendo clientes, funcionários e sociedade. Internamente, mais de 10.000 funcionários participaram do “Sustentabilidade pra Todo Lado”, um grande programa de mobilização e educação para a sustentabilidade. O Banco também reforçou seu compromisso com os negócios inclusivos, sendo aceito como membro do Business Call to Action, iniciativa vinculada à ONU. Esta atuação abrangente foi reconhecida pelo Prêmio Época 360º, tendo o Santander como vencedor da categoria Socioambiental.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em 18 de julho de 2013 foi homologada pelo Banco Central a eleição do Sr. José de Paiva Ferreira para exercer o cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior da Companhia, ficando responsável pelas áreas de Recursos Humanos, Meios, Tecnologia, Organização e Custos.

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 29 de julho de 2013 foi eleito como Diretor sem designação específica o Sr. Sergio Antonio Borriello, o qual será

responsável pela área de Meios de Tecnologia e Operações para a Área de Finanças, esta eleição foi homologada pelo Banco Central no dia 23 de agosto de 2013.

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 28 de agosto de 2013 foram conhecidas as seguintes saídas: dos Diretores sem designação específica, Sr. Marcelo Audi e do Sr. Gilson Finkelsztain, do membro do Conselho de Administração, Sr. José Roberto Mendonça de Barros, e, do então Presidente do Conselho de Administração, Sr. Marcial Angel Portela Alvarez. Na mesma data, o Sr. Celso Clemente Giacometti assumiu a presidência do Conselho de Administração da Companhia e o cargo de Vice-Presidente permanece vago até a próxima Assembleia que irá se realizar em 01 de novembro de 2013.

Em 29 de agosto de 2013 e 3 de setembro de 2013 foram empossados o Sr. Javier Rodriguez de Colmenares Y Alvarez ao cargo de Diretor sem designação específica da área de Riscos e o Sr. Carlos Rey de Vicente como Diretor Vice-Presidente Executivo responsável pela área de Estratégia e Qualidade.

Em 26 de setembro de 2013, foi conhecida pelos membros do Conselho de Administração em reunião realizada na mesma data, a saída da Sra. Lilian Maria Ferezim Guimarães, a qual exercia a função de Vice-Presidente Executiva, responsável por Recursos Humanos e, na mesma data, foi eleita, como Diretora sem designação específica, a Sra. Vanessa de Souza Lobato Barbosa, para exercer a sua função na área de Recursos Humanos; bem como foi eleito como membro do Comitê de Riscos, o Sr. René Luiz Grande e o Sr. Celso Clemente Giacometti foi conduzido para o cargo de coordenador de referido Comitê.


BALANÇO PATRIMONIAL

Os números de 2012 foram retroativamente impactados pela Deliberação CVM 695, emitida em 13 de dezembro de 2012, que trata de benefícios a empregados, principalmente fundos de pensão. O detalhamento desses impactos está descrito na página 32 deste documento.

ATIVO (R\$ Milhões)	Set/13	Jun/13	Mar/13	Dez/12	Set/12
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	444.978	446.974	426.550	426.108	421.117
Disponibilidades	5.906	4.534	5.256	4.742	4.522
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	44.776	44.342	47.250	36.771	40.609
Aplicações no Mercado Aberto	32.367	28.696	32.458	21.354	28.432
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.638	3.885	3.950	4.616	4.569
Aplicações em Moedas Estrangeiras	9.770	11.761	10.843	10.801	7.607
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	71.610	77.534	71.830	76.832	63.563
Carteira Própria	38.776	34.710	36.541	37.869	30.263
Vinculados a Compromissos de Recompra	13.578	20.994	16.533	20.225	14.404
Vinculados ao Banco Central	3.189	2.661	1.274	1.487	2.038
Vinculados à Prestação de Garantias	9.744	12.648	13.315	12.417	12.003
Outros	6.322	6.522	4.167	4.834	4.855
Relações Interfinanceiras	38.298	34.317	34.004	34.517	40.081
Créditos Vinculados:	35.605	32.731	32.392	34.479	38.485
-Depósitos no Banco Central	35.437	32.563	32.222	34.310	38.275
-SFH - Sistema Financeiro da Habitação	168	168	169	169	210
Outros	2.693	1.587	1.612	38	1.596
Relações Interdependências	1	1	1	2	1
Carteira de Crédito	207.112	203.059	196.434	197.370	192.812
Carteira de Crédito	222.071	218.053	211.703	211.959	207.334
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Provisão para Liquidação Duvidosa)	31 (14.990)	38 (15.033)	47 (15.317)	- (14.589)	- (14.522)
Outros Créditos	75.500	81.408	70.154	74.258	77.991
Carteira de Câmbio	35.577	42.283	31.583	36.199	40.913
Créditos Tributários	19.287	19.136	18.936	18.550	18.547
Outros	20.636	19.988	19.635	19.509	18.532
Outros Valores e Bens	1.775	1.779	1.621	1.617	1.538
Permanente	20.430	21.076	22.051	22.860	23.286
Investimentos Temporários	122	115	45	40	40
Imobilizado de Uso	6.125	5.886	5.752	5.602	5.257
Intangível	14.183	15.076	16.254	17.218	17.989
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.245	26.240	26.241	26.172	26.172
Outros Ativos Intangíveis (Amortizações Acumuladas)	7.109 (19.171)	6.978 (18.142)	7.099 (17.086)	7.117 (16.072)	7.034 (15.216)
Total do Ativo	465.408	468.050	448.601	448.968	444.404



PASSIVO (R\$ Milhões)	Set/13	Jun/13	Mar/13	Dez/12	Set/12
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	400.424	402.912	384.184	384.466	380.218
Depósitos	130.433	126.147	122.776	126.545	122.426
Depósitos à Vista	14.420	13.385	12.717	13.457	11.966
Depósitos de Poupança	31.259	29.293	27.915	26.857	25.727
Depósitos Interfinanceiros	3.755	3.604	3.474	3.392	2.990
Depósitos a Prazo	80.999	79.865	78.669	82.839	81.743
Captações no Mercado Aberto	77.794	78.871	79.663	72.529	73.139
Carteira Própria	54.905	58.201	55.742	56.655	51.519
Carteira de Terceiros	12.450	9.756	14.195	7.344	15.373
Carteira de Livre Movimentação	10.440	10.914	9.726	8.530	6.247
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	63.758	64.956	58.498	56.294	51.622
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	44.668	44.813	40.115	39.742	37.800
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	17.741	18.813	17.127	15.298	12.575
Outras	1.349	1.329	1.257	1.253	1.247
Relações Interfinanceiras	2.428	1.414	1.710	19	1.560
Relações Interdependências	1.344	984	1.261	2.002	795
Obrigações por Empréstimos	17.460	16.976	16.024	16.001	15.474
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	10.465	9.559	9.737	9.385	9.395
BNDES	5.223	4.846	5.417	5.190	5.110
FINAME	5.068	4.543	4.117	3.940	4.065
Outras Instituições	173	170	203	255	220
Obrigações por Repasses do Exterior	19	29	27	41	45
Instrumentos Financeiros Derivativos	5.505	5.713	4.132	5.205	5.284
Outras Obrigações	91.218	98.262	90.355	96.446	100.479
Carteira de Câmbio	35.248	42.212	31.948	36.399	40.920
Fiscais e Previdenciárias	17.006	16.643	17.356	16.832	17.285
Dívidas Subordinadas	8.690	9.046	11.407	11.919	11.696
Outros	30.274	30.362	29.644	31.296	30.578
Resultados de Exercícios Futuros	298	252	275	222	219
Participação dos Acionistas Minoritários	947	924	912	829	594
Patrimônio Líquido	63.740	63.963	63.230	63.452	63.372
Total do Passivo	465.408	468.050	448.601	448.968	444.404



RESUMO DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL

De acordo com as regras fiscais brasileiras, o ganho (perda) com a variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira não é tributável (dedutível). Esse tratamento fiscal leva a exposição cambial na linha de impostos. Uma posição de hedge de câmbio foi montada com o objetivo de tornar o Lucro Líquido protegido contra as variações cambiais relacionadas com esta exposição cambial nas linhas de impostos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL¹ (R\$ Milhões)

	3T13	2T13	1T13	4T12	3T12	2T12	1T12
Margem Financeira Bruta	7.521	7.438	7.658	7.813	8.111	8.379	8.077
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.698)	(3.202)	(3.371)	(3.096)	(3.228)	(3.808)	(3.091)
Margem Financeira Líquida	4.822	4.236	4.287	4.717	4.883	4.571	4.986
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	2.614	2.628	2.586	2.522	2.441	2.295	2.422
Despesas Gerais	(4.101)	(3.992)	(3.891)	(4.132)	(4.013)	(3.832)	(3.865)
Despesas de Pessoal+PLR	(1.807)	(1.735)	(1.753)	(1.850)	(1.835)	(1.784)	(1.829)
Outras Despesas Administrativas ²	(2.294)	(2.257)	(2.138)	(2.282)	(2.178)	(2.048)	(2.036)
Despesas Tributárias	(812)	(776)	(750)	(786)	(778)	(771)	(803)
Resultados de Participações em Coligadas e Controladas	17	5	0	(0)	0	0	0
Outras Receitas / Despesas Operacionais ³	(945)	(616)	(718)	(702)	(859)	(752)	(830)
Resultado Operacional	1.595	1.485	1.513	1.618	1.675	1.513	1.911
Resultado não operacional	10	112	87	36	(2)	(8)	43
Resultado antes de Impostos	1.605	1.597	1.600	1.654	1.673	1.505	1.954
Imposto de Renda e Contribuição Social	(151)	(93)	(38)	(6)	(128)	(14)	(148)
Participações dos Acionistas Minoritários	(48)	(94)	(43)	(41)	(36)	(18)	(31)
Lucro Líquido do Período	1.407	1.410	1.519	1.607	1.509	1.473	1.774

1. Exclui 100% da despesa de amortização do ágio, o efeito do hedge fiscal e outros ajustes, conforme descrito na página 30. Adicionalmente, os números de 2012 foram retroativamente impactados pela Deliberação CVM 695, emitida em 13 de dezembro de 2012, que trata de benefícios a empregados, principalmente fundos de pensão. O detalhamento desses impactos está descrito na página 32 deste documento.

2. Despesa administrativa exclui 100% da despesa de amortização do ágio.

3. Inclui Receita Líquida de Prêmios, Renda de Previdência e Capitalização

HEDGE FISCAL (R\$ Milhões)

	3T13	2T13	1T13	4T12	3T12	1T12
Margem Financeira	(228)	(1.703)	288	(140)	(95)	309
Despesas tributárias	9	174	(42)	3	(2)	(43)
Imposto e Renda	218	1.529	(247)	137	98	(267)



RECONCILIAÇÃO ENTRE O RESULTADO CONTÁBIL E O RESULTADO GERENCIAL

Para melhor compreensão dos resultados em BR GAAP a seguir apresentamos, a reconciliação entre o resultado contábil e o resultado gerencial. Cumpre esclarecer que estes ajustes, com exceção da amortização do ágio, não têm efeito sobre o lucro líquido. Todas as informações, indicadores e comentários relativos à Demonstração de Resultados neste relatório consideram o Resultado Gerencial, exceto quando citado.

Os números de 2012 foram retroativamente impactados pela Deliberação CVM 695, emitida em 13 de dezembro de 2012, que trata de benefícios a empregados, principalmente fundos de pensão. O detalhamento desses impactos está descrito na página 32 deste documento.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL (R\$ Milhões)	9M13	Reclassificações				9M13
	Contábil	Hedge Fiscal ¹	Recup. Crédito ²	amort. do ágio ³	Part. no Lucro	Gerencial
MARGEM FINANCEIRA BRUTA	22.603	(1.642)	1.629			22.616
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.900)		(1.629)			(9.272)
MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA	11.703	(1.642)	-		-	13.345
Receitas de Prest. de Serviços e Tarifas Bancárias	7.828					7.828
Despesas Gerais	(14.010)	-	-	(2.728)	701	(11.984)
Despesas de Pessoal	(4.594)				701	(5.295)
Outras Despesas Administrativas	(9.417)			(2.728)		(6.689)
Despesas Tributárias	(2.197)	142				(2.339)
Resultados de Part. em Coligadas e Controladas	23					23
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(2.280)					(2.280)
RESULTADO OPERACIONAL	1.066	(1.501)	-	(2.728)	701	4.593
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	210					210
RESULTADO ANTES IMPOSTOS	1.275	(1.501)	-	(2.728)	701	4.802
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.219	1.501				(282)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(701)				(701)	-
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	(185)					(185)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.607	(0)	-	(2.728)	-	4.335

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL (R\$ Milhões)	9M12	Reclassificações				9M12
	Contábil	Hedge Fiscal ¹	Recup. Crédito ²	amort. do ágio ³	Part. no Lucro	Gerencial
MARGEM FINANCEIRA BRUTA	24.534	(1.297)	1.264			24.567
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(11.390)		(1.264)			(10.126)
MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA	13.144	(1.297)	-		-	14.441
Receitas de Prest. de Serviços e Tarifas Bancárias	7.159					7.159
Despesas Gerais	(13.650)	-	-	(2.728)	787	(11.710)
Despesas de Pessoal	(4.661)				787	(5.448)
Outras Despesas Administrativas	(8.990)			(2.728)		(6.262)
Despesas Tributárias	(2.245)	107				(2.352)
Resultados de Part. em Coligadas e Controladas	1					1
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(2.441)					(2.441)
RESULTADO OPERACIONAL	1.968	(1.190)	-	(2.728)	787	5.098
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	33					33
RESULTADO ANTES IMPOSTOS	2.001	(1.190)	-	(2.728)	787	5.131
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	900	1.190				(290)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(787)				(787)	-
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	(85)					(85)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.028	(0)	-	(2.728)	-	4.756



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL (R\$ Milhões)	3T13	Reclassificações				3T13
	Contábil	Hedge Fiscal ¹	Recup. Crédito ²	amort. do ágio ³	Part. no Lucro	Gerencial
MARGEM FINANCEIRA BRUTA	8.129	(228)	836			7.521
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.534)		(836)			(2.698)
MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA	4.595	(228)	-		-	4.822
Receitas de Prest. de Serviços e Tarifas Bancárias	2.614					2.614
Despesas Gerais	(4.783)	-	-	(909)	227	(4.101)
Despesas de Pessoal	(1.580)				227	(1.807)
Outras Despesas Administrativas	(3.203)			(909)		(2.294)
Despesas Tributárias	(803)	9				(812)
Resultados de Part. em Coligadas e Controladas	17					17
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(945)					(945)
RESULTADO OPERACIONAL	695	(218)	-	(909)	227	1.595
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	10					10
RESULTADO ANTES IMPOSTOS	705	(218)	-	(909)	227	1.605
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	67	218				(151)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(227)				(227)	-
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	(48)					(48)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	497	-	-	(909)		1.407

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO GERENCIAL (R\$ Milhões)	2T13	Reclassificações				2T13
	Contábil	Hedge Fiscal ¹	Recup. Crédito ²	amort. do ágio ³	Part. no Lucro	Gerencial
MARGEM FINANCEIRA BRUTA	6.183	(1.703)	448			7.438
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.650)		(448)			(3.202)
MARGEM FINANCEIRA LÍQUIDA	2.533	(1.703)	-		-	4.236
Receitas de Prest. de Serviços e Tarifas Bancárias	2.628					2.628
Despesas Gerais	(4.672)	-	-	(909)	228	(3.992)
Despesas de Pessoal	(1.506)				228	(1.735)
Outras Despesas Administrativas	(3.166)			(909)		(2.257)
Despesas Tributárias	(602)	174				(776)
Resultados de Part. em Coligadas e Controladas	5					5
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(616)					(616)
RESULTADO OPERACIONAL	(725)	(1.529)	-	(909)	228	1.485
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	112					112
RESULTADO ANTES IMPOSTOS	(613)	(1.529)	-	(909)	228	1.597
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.436	1.529				(93)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	(228)				(228)	-
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	(94)					(94)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	501	-	-	(909)		1.410

1. Hedge Fiscal: de acordo com as regras fiscais brasileiras, o ganho (perda) com a variação cambial dos investimentos em moeda estrangeira não é tributável (dedutível). Esse tratamento fiscal leva a exposição cambial na linha de impostos. Uma posição de hedge de câmbio foi montada com o objetivo de tornar o Lucro Líquido protegido contra as variações cambiais relacionadas com esta exposição cambial na linha de impostos.

2. Recuperação de Crédito: Reclassificada da linha de receita de operações de crédito para provisões de crédito.

3. Amortização de Ágio: Reversão das despesas com amortização de ágio.



DELIBERAÇÃO CVM 695

Em 13 de dezembro de 2012 a CVM aprovou, por meio da deliberação CVM 695, o Pronunciamento Técnico CPC 33, que trata de benefícios a empregados, principalmente planos de pensão, em conformidade com as alterações nas Normas Internacionais IAS 19. Este pronunciamento entrou em vigor em janeiro de 2013, com efeito retroativo para 2012, a fim de assegurar maior comparabilidade. Esta seção destaca os principais impactos dessa nova prática contábil no balanço e nas contas de resultados no acumulado até setembro de 2012.

Do ponto de vista do balanço os déficits não provisionados, de planos de pensão e planos de saúde patrocinados pelo banco, foram reconhecidos integralmente como um passivo contra o patrimônio líquido, líquido de impostos. A tabela abaixo mostra o impacto em cada conta do balanço:

ATIVO (R\$ Milhões)	9M12	1T12	2T12	3T12
Outros Créditos	1.615	1.615	1.615	1.615
Créditos Tributários	1.615	1.615	1.615	1.615
Total do Ativo	1.615	1.615	1.615	1.615

PASSIVO (R\$ Milhões)	9M12	1T12	2T12	3T12
Outras Obrigações	4.045	4.045	4.045	4.045
Diversos	4.045	4.045	4.045	4.045
Participação dos Acionistas Minoritários	(12)	(12)	(12)	(12)
Patrimônio Líquido	(2.418)	(2.418)	(2.418)	(2.418)
Total do Passivo	1.615	1.615	1.615	1.615

Com relação à Demonstração de Resultados, esta nova prática impactou positivamente o Lucro antes de Impostos e o Lucro Líquido do acumulado até setembro de 2012 em R\$ 42,4 milhões e R\$ 25,5 milhões, respectivamente. O impacto trimestral é um quarto do impacto anual. A tabela abaixo mostra o impacto em cada conta da Demonstração de Resultados:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO (R\$ Milhões)	9M12	1T12	2T12	3T12
Despesas Gerais	(16,3)	(5,4)	(5,4)	(5,4)
Despesas de Pessoal	(16,3)	(5,4)	(5,4)	(5,4)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	58,7	19,6	19,6	19,6
Outras Despesas Operacionais	58,7	19,6	19,6	19,6
Resultado antes de Impostos	42,4	14,1	14,1	14,1
Imposto de Renda e Contribuição Social	(17,0)	(5,7)	(5,7)	(5,7)
Ativo Fiscal Diferido	(17,0)	(5,7)	(5,7)	(5,7)
Lucro Líquido	25,5	8,5	8,5	8,5

